

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Risco hidrológico segue sem definição no Senado	2
Título: DF pretende obter R\$ 8 bi com três privatizações	3
Título: Governo libera R\$ 7,3 bi de gastos e já conta com R\$ 52,5 bi do pré-sal.....	5
Título: Receita com cessão onerosa é estimada em R\$ 628 bi	6
Título: Rio perde R\$ 14 bi anuais com mudança em royalties, prevê Firjan.....	8
Título: Hidrelétrica perde espaço em plano energético.....	10
Título: Consumo global cairá em 15 anos, diz estudo.....	12
Título: Cessão onerosa e ida do PPI para a Casa Civil têm chance de aprovação.....	13
Título: Boa expectativa para leilão da área de cessão onerosa	14
Título: Por um lugar ao sol	16
Título: Sem acordos, piora crise da Renova	18
Título: Destaques	20
Título: Cemig analisa investimento na Renova	20
Título: Petrobras pagará R\$ 210 mi à União	22
Título: China cresce 7,8% e puxa o consumo mundial de aço	23
Título: Vale vai retomar produção até fim de 2021	25
Título: Cresce investimento em biogás no Brasil	26
Título: Plano de abertura de capital da Aramco entra na reta final	28
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	30
Título: Megaleilão de petróleo depende do Congresso, alerta governo	30
Título: Sucesso em leilão leva governo a liberar R\$ 7,3 bi	32
Título: Cobrir rombo da Previdência é prioridade, diz relator	34

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	35
Título: Governo libera R\$ 7,3 bilhões a ministérios e parlamentares.....	35
Título: Voluntários acham animais mortos em praias com óleo	35
Título: Botijão	38
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: União libera R\$ 7,3 bilhões no Orçamento.....	38
Título: Esforço paliativo.....	40
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	42
Título: Senado vota hoje cessão onerosa.....	42
Título: Bahia decreta emergência e Shell explica tambores	43

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Risco hidrológico segue sem definição no Senado

Falta de clareza sobre o tamanho do custo da repactuação emperra avanço da discussão

A falta de clareza sobre o tamanho do custo da repactuação do risco hidrológico com os donos de hidrelétricas ainda segura a votação do Projeto de Lei 3.985/19 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O projeto tinha a previsão de ser pautado para a votação em reunião prevista para hoje, o que não se confirmou. Se aprovado pela comissão, o projeto, que já passou pela Câmara, deverá ser votado no plenário antes de seguir para sanção presidencial.

Marcos Rogério (DEM-RO) é o senador que tem levantado os questionamentos sobre o impacto da repactuação ao governo. Segundo o **Valor** apurou, esse foi o assunto do encontro de ontem à noite do parlamentar com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

O PL 3.985/19 é relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Rogério tem se engajado no tema por já acompanhar a tramitação de outro projeto de lei (PLS 232/16), que inclui a solução para o caso de retorno de prejuízos causados pelo risco hidrológico.

A solução para o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), em discussão no Congresso, é aguardada pelo setor e pelo governo para pôr fim à guerra de liminares que travou cerca de R\$ 7,5 bilhões em contratos de energia no mercado de curto prazo. O saldo líquido desse calote, com base no cálculo entre débitos e créditos suspensos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), está em R\$ 4,5 bilhões.

Se o PL 3.985/19 for aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, os donos de usinas deverão abrir mão das disputas na Justiça nas quais reivindicam a compensação pelos prejuízos acumulados nos últimos anos pela geração de energia abaixo dos montantes contratuais. O projeto prevê que os geradores, ao fazerem a adesão à repactuação, terão direito a estender o prazo de concessão das usinas por até sete anos.

Com mais prazo de contrato, os donos de usinas passarão mais tempo sendo remunerados pelos empreendimentos para cobrir as perdas relacionadas ao déficit na geração de energia. Os prejuízos começaram a surgir nos últimos anos, em estiagem mais severas que dificultavam a recomposição do nível de água dos reservatórios.

A principal reclamação do segmento de geração está relacionada à tomada de decisões na operação do sistema que contribuíram para que o saldo negativo atingisse patamares mais altos. Eles alegam que tais decisões não permitiram que sistema de mitigação do risco hidrológico entre as usinas, chamado de MRE, suportasse o nível de déficit na geração de energia atingido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: DF pretende obter R\$ 8 bi com três privatizações

O secretário de Desenvolvimento do Distrito Federal, Ruy Coutinho, disse ao **Valor** que é possível obter cerca de R\$ 8 bilhões com as três privatizações que o governo local pretende fazer nos próximos anos. A primeira da lista é a CEB Distribuição, cujos estudos de modelagem já começaram a ser feitos pelo BNDES.

Na sequência, o governo de Ibaneis Rocha (MDB) pretende vender o controle da Caesb, a estatal da área de saneamento, e a companhia do metrô, que o próprio governo entende ser um processo bem mais complexo de se executar e com maior risco de frustração. “Eu raciocino que poderemos arrecadar cerca de R\$ 8 bilhões com as três empresas”, afirmou, acrescentando que a visão é concluir os processos até o fim do atual mandato. Segundo ele, a venda da CEB poderá ser uma referência para as privatizações do governo federal.

O presidente da CEB, Edison Garcia, disse ao **Valor** que uma das possibilidades no processo de venda da empresa de distribuição para o setor é uma emissão primária simultânea com secundária, mantendo nas mãos do governo distrital 49% das ações da empresa, conforme definido pelo conselho da empresa. “O BNDES está analisando qual será o melhor modelo. Essa possibilidade de ofertas primária e secundária simultâneas é uma alternativa”, disse Garcia.

Ele espera concluir o processo de modelagem e os termos de venda da empresa de distribuição até maio, realizando o leilão até meados do ano que vem. Ele evita falar em expectativa de arrecadação antes de finalizar a modelagem.

Para Garcia, a privatização permitirá melhor gestão do quadro de pessoal da empresa, eliminando problemas como o pagamento de participação nos lucros mesmo com a empresa tendo prejuízos. Além disso, aponta, a venda reforçaria o caixa dela e permitiria a realização de investimentos que hoje não tem capacidade de executar.

Ruy Coutinho, entretanto, sinaliza que a ideia de ficar com 49%, formalizada no anúncio da privatização da CEB pode eventualmente mudar, diante da leitura de que não haveria necessidade de o Distrito Federal manter ações nessas empresas. “Pelo Ibaneis, passava a régua”, comentou o secretário, apontando que não haveria interesse em sequer ter “golden share” - ação que dá alguns poderes para o detentor, mesmo que ele não esteja no controle.

Para o secretário de Desenvolvimento, a saída do Estado dessas empresas ajudará não só a melhorar as condições fiscais do Distrito Federal, mas, principalmente, fortalecerá a capacidade de realizar os investimentos necessários para expansão de atendimento na região.

No caso da Caesb, a estatal de saneamento, Coutinho espera que até o fim do ano seja assinado um contrato de análise para alienação societária nos moldes do feito pela companhia energética com o BNDES. Para ele, o Distrito Federal está em vantagem porque, por sua configuração administrativa própria, não

exige esperar o novo marco regulatório do setor. “Em primeiro lugar, não faz sentido manter uma empresa pública com os custos da Caesb. Ela tem um quadro caro. E cada vez tem menos sentido ter esse tipo de empresa na mão do Estado”, disse.

O secretário reconhece a maior dificuldade para privatizar o metrô, porque esse tipo de serviço em boa parte do mundo é estatal. “O metrô entra em terceiro lugar, vamos ver qual vai ser a resposta de investidores”, disse, lembrando que já houve edital de manifestação de interesse pela empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Governo libera R\$ 7,3 bi de gastos e já conta com R\$ 52,5 bi do pré-sal

Equipe econômica ampliou em R\$ 4,97 bilhões o limite de despesas do Poder Executivo e liberou também R\$ 2,3 bilhões para gastos dos Poderes Judiciário e Legislativo

Com o forte resultado do leilão de petróleo na semana passada e o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização do certame das áreas de petróleo da chamada “cessão onerosa”, o governo antecipou a liberação de recursos do Orçamento. “Relatório extemporâneo” de receitas e despesas incorporou R\$ 8,9 bilhões do leilão da 16ª rodada de concessões do petróleo na semana passada e a frustração de R\$ 1,8 bilhão na receita administrada em setembro.

Trouxe também a estimativa de R\$ 52,5 bilhões de receitas do leilão de parte das áreas da cessão onerosa previsto para novembro.

Com isso, a equipe econômica ampliou em R\$ 4,97 bilhões o limite de despesas do Poder Executivo e liberou também R\$ 2,3 bilhões para gastos dos poderes Judiciário e Legislativo, sendo a maior parte para pagamento de emendas parlamentares impositivas. A destinação dos recursos que foram autorizados para o Executivo ainda será definida. De qualquer forma, o corte das despesas discricionárias cairá para R\$ 17 bilhões.

No caso das emendas parlamentares, o secretário-adjunto de Orçamento, Bruno Grossi, disse que, com o novo desbloqueio, todo orçamento de emendas parlamentares impositivas (R\$ 9,1 bilhões para individuais e R\$ 4,6 bilhões para bancadas) fica liberado.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que o governo trabalhou com quatro premissas para fazer um relatório extemporâneo de receitas e despesas, liberando espaço no orçamento dos ministérios. Entre as premissas, estão a arrecadação de R\$ 106 bilhões com o leilão da cessão onerosa, com oferta de quatro áreas, a manifestação da Petrobras por exercer seu direito de preferência em dois campos e a adoção de um cenário conservador, no qual se incorporou o pagamento parcelado do bônus a ser arrecadado em duas áreas: Búzios e Itapu.

O bônus definido para essas duas áreas é de R\$ 70 bilhões. Com a opção feita pela Petrobras, a leitura do governo foi de que haverá “altíssima atratividade” no certame. Nesse sentido, a equipe econômica trabalhou com a possibilidade de ágio, que, se for superior a 5%, levará ao parcelamento do bônus. Se não houver esse ganho adicional, o volume de recursos que entra é maior que o incorporado ao relatório. “Cenário mais provável é que haja parcelamento do valor do bônus”, disse.

Ele informou que o dinheiro do leilão de novembro, que só entrará no caixa em 27 de dezembro, será usado para pagar a dívida da União com a Petrobras relativa à renegociação do acordo de cessão onerosa. Ainda sobrarão perto de R\$ 12 bilhões, que o secretário disse que ainda não está definido se serão gastos ou melhorarão o resultado fiscal.

O secretário explicou que a aprovação do TCU para a realização do leilão e o interesse privado deram mais segurança sobre sua realização e o ingresso de recursos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Receita com cessão onerosa é estimada em R\$ 628 bi

A exploração dos quatro blocos da cessão onerosa que vão a leilão no dia 6 de novembro deve gerar uma receita total de US\$ 152 bilhões (R\$ 628 bilhões, ao câmbio de ontem) para os cofres públicos durante o período de execução dos contratos, de 35 anos. O montante representa quase 80% da economia estimada com a reforma da Previdência no intervalo de uma década.

Baseadas em números da Agência Nacional do Petróleo (ANP), as projeções constam em um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), obtido pelo **Valor**. De acordo com o documento, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu uma alíquota de 85% para a “carga fiscal” do leilão, como é

chamado o indicador que reflete a fatia que o Estado vai absorver, direta ou indiretamente, de todo o dinheiro movimentado durante a exploração dos campos.

Dentro desse percentual estão os recursos oriundos dos bônus de assinatura, da parcela da União na partilha da produção de petróleo e de toda a carga tributária incidente nas operações das petroleiras e nos demais investimentos a serem realizados.

O governo foi questionado pelo TCU sobre o patamar da carga fiscal, que historicamente fica no máximo em 75%. A explicação é de que o megaleilão da cessão onerosa se dará em um cenário de carência de boas oportunidades em outros mercados, ou seja, com um potencial diferenciado para atrair o interesse dos principais players internacionais.

Em busca de uma referência do grau de otimismo do governo, os técnicos do TCU simularam a arrecadação dos mesmos campos com parâmetros econômicos usados nos leilões da 4ª e da 5ª rodadas de partilha, com barril de petróleo a US\$ 50 e taxa de desconto de 10%. Nesse cenário, as receitas dos quatro blocos somariam US\$ 91,2 bilhões (R\$ 377 bilhões), quase 40% a menos do que o projetado na modelagem do leilão da cessão onerosa.

“Nesse sentido, em termos comparativos, a modelagem do LVECCO (leilão dos volumes excedentes ao contrato de cessão onerosa) mostra-se coerente com uma visão mais valorativa dos objetos licitados em relação às licitações anteriores, embora não seja possível afirmar se proporcionalmente à qualidade dos ativos”, diz o documento do TCU.

As projeções de arrecadação, foram calculadas em dólar pelo método do Valor Presente Líquido (VPL), que considera juros e custo do investimento inicial. A preços nominais, diz a tabela, a arrecadação estatal fica em US\$ 277,3 bilhões (R\$ 1,14 trilhão).

“Considerou-se mais adequada a utilização como parâmetro de comparação o indicador a valor presente, por ser o que leva em consideração o valor do dinheiro no tempo, de forma que este será o referencial comparativo”, justifica o parecer técnico do órgão.

Somente com o bloco de Búzios, a expectativa da ANP é de uma arrecadação total de US\$ 101,6 bilhões (R\$ 420 bilhões) para os cofres públicos. Na sequência aparece o bloco de Sépia, com US\$ 28,6 bilhões (R\$ 118,1 bilhões), seguido por Atapu, com US\$ 18,9 bilhões (R\$ 78,1 bilhões), e Itapu, com US\$ 2,9 bilhões (R\$ 12 bilhões).

Os valores de arrecadação, no entanto, podem ser ainda mais altos, a depender do apetite dos participantes do leilão. Pelas regras da disputa, leva o bloco quem oferecer a maior fatia para a União na partilha do óleo. “O que se espera é que a visão de mercado [dos licitantes] tenha uma percepção maior do VPL do objeto licitado, traduzindo em ofertas de alíquota de partilha para a União maiores do que o percentual mínimo estipulado para a licitação”, afirma o TCU.

O tamanho das compensações devidas à Petrobras também tem relação direta com a arrecadação. A companhia terá que ser ressarcida pelos investimentos já realizados nas áreas da cessão onerosa e também pela postergação de receitas, resultante da entrada de parceiros no negócio.

A depender do valor final da compensação para a empresa, calcula a ANP, a receita para a União pode variar entre US\$ 147 bilhões (R\$ 607 bilhões) e US\$ 158 bilhões (R\$ 652,5 bilhões).

A plena participação da estatal no megaleilão ainda depende da manifestação do TCU sobre a revisão do contrato de cessão onerosa, assinado em 2010. Na ocasião, a Petrobras adquiriu o direito exclusivo de explorar até 5 bilhões de barris na região, que abriga até 15 bilhões de barris.

Após anos de negociação, a revisão foi concluída em 2018, mas o resultado ainda não foi referendado pelo TCU. Relator do processo, o ministro Raimundo Carreiro se comprometeu a levar o caso ao plenário na sessão da quarta-feira da próxima semana (23).

Na semana passada, o plenário do TCU aprovou com ressalvas a realização do leilão. Entre as principais observações, estava a necessidade de o governo injetar recursos na PPSA, estatal criada para representar a União nos contratos de partilha. Para evitar problemas como o certame, o governo se comprometeu a equacionar o problema em 180 dias. **(Colaborou Ribamar Oliveira)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Rio perde R\$ 14 bi anuais com mudança em royalties, prevê Firjan

A mudança nas regras de distribuição dos royalties do petróleo, se confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro, poderá resultar em perda de receitas de R\$ 30,1 bilhões aos municípios fluminenses e de R\$ 25,7 bilhões ao Estado do Rio, nos próximos quatro anos -o equivalente a R\$ 14 bilhões

anuais. As estimativas são da Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro (Firjan), que alerta para um colapso nas contas públicas das cidades e do governo estadual com o novo formato do rateio do recurso.

As projeções mostram que a perda anual do Estado do Rio, de R\$ 6,4 bilhões, equivale a todo o gasto do governo fluminense com saúde, por ano. Para os municípios, o impacto depende muito do grau de dependência dos royalties de cada um deles. Em Maricá, cidade brasileira que mais recebe dinheiro da produção de petróleo, por exemplo, 70% do orçamento local vem da produção petrolífera.

O julgamento no STF sobre a Lei dos Royalties, de 2012, está marcado para 20 de novembro, mas há possibilidade de adiamento para 2020. Os ministros vão decidir sobre liminar da ministra Cármen Lúcia que suspendeu em 2013 a aplicação dos critérios de distribuição das receitas dos royalties e participações especiais. Segundo a norma sancionada em 2012, pela então presidente Dilma Rousseff, a participação dos Estados não produtores seria ampliada, reduzindo os ganhos das regiões produtoras.

O principal argumento dos críticos ao atual critério de rateio é a concentração da renda petrolífera. Levantamento do **Valor**, com base em projeções da Agência Nacional do Petróleo (ANP), mostra que apenas 18 municípios devem encerrar o ano com receitas petrolíferas superiores a R\$ 100 milhões. Esse grupo de cidades é responsável por quase dois terços de todo o dinheiro dos royalties e participações especiais destinado aos municípios em 2019

Para a gerente de petróleo, gás e naval da Firjan, Karine Fragoso, a lei de 2012 quebra o conceito dos royalties como uma compensação financeira pelas pressões socioambientais geradas sobre as regiões produtoras.

Ela defende que a lei afeta substancialmente a capacidade de respostas dos produtores às demandas sociais geradas pela atividade petrolífera. A Firjan destaca que regiões produtoras costumam sofrer com o rápido crescimento populacional. Em Macaé e Rio das Ostras, no litoral fluminense, por exemplo, a população local saltou 90% e 301%, respectivamente, entre 2000 e 2018, ante uma média de 20% no Estado. Além das pressões demográficas sobre os gastos dos municípios, a federação cita os potenciais danos ambientais sobre regiões produtoras.

Uma das principais consequências da perda de receitas do Rio, segundo a Firjan, se dará sobre a capacidade de investimentos dos municípios. Se confirmada, a

mudança no rateio impactaria, hoje, sobretudo, Maricá e Niterói, na região metropolitana, as cidades bilionárias do pré-sal. Segundo as projeções da ANP, Maricá deve fechar 2019 com uma arrecadação de R\$ 1,6 bilhão em royalties e participações especiais, e Niterói, com R\$ 1,3 bilhão. No Estado, por sua vez, o impacto maior será sobre as despesas da previdência, que em 2018 foram 53% delas bancadas com as receitas do petróleo.

Fragoso defende que a redistribuição dos recursos para Estados e municípios não produtores deve ser capitaneada pela União. “Não pode o Rio fazer o papel da União na redistribuição de renda”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Hidrelétrica perde espaço em plano energético

O próximo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, cuja versão preliminar deve ser divulgada neste mês pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** e colocada em consulta pública, vai trazer uma quebra de paradigma no setor elétrico brasileiro. Carro-chefe do parque gerador de energia do país, as hidrelétricas, pela primeira vez, responderão por menos da metade (49%) da capacidade instalada da matriz elétrica brasileira, no fim da próxima década.

De acordo com o documento, que está pronto à espera da decisão do MME, a queda da participação das hidrelétricas (que atualmente respondem por 64% da capacidade do parque gerador) será compensada pelo crescimento das termelétricas (de 14% para 19%), principalmente a gás natural, devido ao potencial de recursos oriundos do pré-sal, e outras fontes renováveis, como eólica e solar (de 22% para 32%).

O novo paradigma reflete a mudança de perfil do parque gerador. O quadro é demonstrado pela oferta habilitada para o leilão de energia nova da próxima sexta-feira, do tipo “A-6”, que contratará energia de novos projetos com início de fornecimento seis anos à frente (2025). Dos 71,4 megawatts (MW) de potência habilitada, 34,7% são de fonte solar, 32,7%, de termelétricas, e 31,6%, de eólicas. As hidrelétricas respondem por 1% da capacidade habilitada.

A mudança do perfil da geração de energia é vista como algo positivo pelo sócio-líder do setor elétrico da consultoria Deloitte, Guilherme Lockmann. “Os mercados europeus e americanos querem a descarbonização, enquanto a visão brasileira é de diversificação da matriz, o que é benéfico. Isso reduz a dependência de chuvas como aconteceu no passado”, afirma.

O especialista defende que o Brasil não abra mão da vocação natural para a hidreletricidade. O desenvolvimento de aproveitamentos como de São Luiz do Tapajós (PA), de cerca de 8 mil MW, “é algo que tem que ser estudado”.

Estudo global lançado recentemente pela Deloitte concluiu que energias renováveis, principalmente eólica e solar, estão não só se tornando fontes convencionais de eletricidade, mas ganhando a preferência dos consumidores ante outras tecnologias.

Nessa linha, o presidente no Brasil da geradora renovável francesa Voltalia, Robert Klein, ressalta que parte da transição energética tem sido impulsionada pelo consumidor, que busca reduzir a pegada de carbono. Estimativas indicam que já existem 2 gigawatts (GW) de capacidade de projetos eólicos contratada por consumidores livres em forma de “PPAs” (sigla em inglês para contratos de longo prazo de fornecimento de energia) no Brasil.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, a projeção para 2029 consolida o fim da hegemonia das hidrelétricas na matriz. Ele, no entanto, afirma que a fonte continuará sendo importante. “A perda de participação não significa perda de importância na matriz e na operação do sistema.” Segundo ele, cada vez mais os reservatórios das hidrelétricas terão relevância no ajuste fino da oferta e demanda de energia ao longo do dia, e isso exige ajustes no modelo de comercialização do setor.

Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, apesar da mudança do perfil, a matriz elétrica brasileira continuará com forte componente renovável. As fontes limpas respondem hoje por cerca de 80% da capacidade do parque gerador brasileiro. “É possível manter, ou até ampliar, esse potencial”, disse, em relação a 2029.

Barral explicou que um fator importante são os requisitos de flexibilidade das fontes, caracterizada pela intermitência na geração. Segundo ele, o novo PDE trará, pela primeira vez uma discussão sobre o tema. O executivo, porém, acrescentou que, a implementação do sistema de preços-horários na operação do sistema brasileiro e no mercado de energia, em 2021, já dará sinal econômico relativo aos requisitos de flexibilidade.

Lavinia Hollanda, diretora-executiva da consultoria Escopo Energia, destaca a importância de valorar corretamente os atributos de cada fonte, além da própria energia fornecida. Entre esses atributos, estão a contribuição, positiva ou negativa, que ela traz para as emissões de gases de efeito estufa e os custos e benefícios que cada uma gera para o sistema elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Consumo global cairá em 15 anos, diz estudo****Com aumento da eficiência energética, consultoria estima que pico da demanda vai ocorrer em 2033**

O recém-lançado estudo de perspectiva do cenário energético global feito pela consultoria norueguesa DNV GL com horizonte até 2050 se assemelha a projeções feitas por outras instituições e petroleiras, no que diz respeito ao crescimento da participação das fontes renováveis no longo prazo. O documento, porém, traz um dado especial: ele prevê que o pico da demanda primária por energia do planeta será alcançado em 2033.

Isso quer dizer que, pela primeira vez, provavelmente desde a Idade Média, o consumo primário de energia do mundo estará em trajetória decrescente, conforme destaca o presidente global da DNV GL, Remi Eriksen. Segundo ele, isso será possível com o aumento da eficiência energética, a partir da crescente eletrificação da economia mundial.

“Em comparação com os dias de hoje, haverá mais pessoas tendo acesso à energia. A questão é que a energia será usada de uma maneira muito mais eficiente”, explica. Ele cita como exemplo o setor automotivo. “Os carros elétricos são quase quatro vezes mais eficientes [do que os convencionais]”, diz. A DNV GL prevê uma frota de 3 bilhões de veículos elétricos rodando nas ruas do planeta em 2050.

O estudo prevê um crescimento do PIB global de 130% até 2050. No mesmo horizonte, a DNV GL espera uma redução de 2% do consumo primário de energia. Ou seja, a intensidade energética da economia mundial recuará de forma brutal.

O executivo destaca a rapidez do processo de transição energética mundial, porém não na velocidade necessária para que seja alcançada a meta de aquecimento global de estabelecida no Acordo de Paris.

Segundo ele, para atingir o objetivo de Paris, será necessária a implementação de mais iniciativas políticas e regulatórias.

Questionado sobre a postura de alguns governantes que questionam a mudança climática, Eriksen destaca que outros três atores serão fundamentais

para a transição energética: os consumidores, os investidores e os futuros funcionários das empresas.

Ele também ressalta a importância de medidas adotáveis por autoridades reguladoras. Como exemplo, ele cita a nova especificação da Organização Marítima Internacional (IMO, sigla em inglês) para o óleo combustível usado em motores de navio (bunker), com baixo teor de enxofre (reduzindo de 3,5% para 0,5%), que entrará em vigor em 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Cessão onerosa e ida do PPI para a Casa Civil têm chance de aprovação

Votação no Senado abre caminho para aprovação da Previdência

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram para esta semana dez projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello) para o **Valor Política**.

Aprovada na semana passada na Câmara, a divisão dos recursos do leilão da cessão onerosa do pré-sal entre Estados e municípios está na pauta de plenário do Senado, em regime de urgência, com alta chance de aprovação. A votação abrirá espaço para aprovação, em segundo turno, da reforma da Previdência no dia 22.

Já a Câmara deve votar duas medidas provisórias (MPs), uma delas com a nova reforma administrativa, em que o Programa de Parceiras e Investimentos (PPI) é transferido da Secretaria de Governo para a Casa Civil, e outra que trata da criação do Programa Médicos pelo Brasil. Além disso, estão na pauta a securitização da dívida dos Estados e municípios e a redução, de 15 metros para 5 metros, a distância mínima para construção de edificações as margens de rodovias e ferrovias.

A Comissão de Meio Ambiente do Senado debate hoje, às 14h, a grilagem de terras, queimadas, desmatamentos e fiscalização na região da floresta amazônica. Entre os convidados estão os presidentes do Ibama, Eduardo Bim, e do ICMBio, Homero Cerqueira, além do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Antônio Nabhan.

Já a Comissão de Desenvolvimento Econômico discute na quinta-feira os a MP da Liberdade Econômica, que simplificou a abertura de empresas. Entre os convidados estão os secretários de Previdência, Rogério Marinho, e de Desburocratização, Paulo Uebel.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso sobre temas relevantes para a economia. O levantamento considerou 69 propostas com impacto econômico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Boa expectativa para leilão da área de cessão onerosa

O sucesso da 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de petróleo, realizada na semana passada, foi considerado um bom sinal para as próximas vendas. Está prevista para novembro a tão aguardada concessão da cessão onerosa do pré-sal, área originalmente concedida à Petrobras em 2010 que, posteriormente, mostrou ser três vezes maior do que se estimava. O excedente, com cerca de 15 bilhões de barris, será agora licitado e pode arrecadar R\$ 106,5 bilhões, recursos que vão ajudar a União, Estados e municípios a fecharem as contas deste ano e do próximo.

A 16ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) registrou arrecadação recorde em bônus de assinatura, apurando R\$ 8,915 bilhões, com um ágio médio de 322,74%, pela concessão de 12 áreas para a exploração de petróleo. Dez empresas, sozinhas ou em consórcio, tiveram lances vitoriosos, entre as quais nomes conhecidos como a BP, Chevron, Repsol, Total e Equinor, e outros em ascensão, como a malaia Petronas, que se destacou levando três blocos, e a QPI, do Qatar, além da Petrobras.

O fato de apenas um terço dos 36 blocos exploratórios oferecidos ter sido arrematado não ofuscou o resultado. Um motivo é a opção de parte dos players de economizarem bala para os leilões de novembro. Além disso, a crise ambiental provocada pelo vazamento de óleo de origem ainda desconhecida no litoral do Nordeste reforçou a discussão a respeito de possível impacto de algumas áreas oferecidas no Parque Nacional de Abrolhos. As áreas das bacias de Camamu-Aumada e Jacuípe estavam sub judice por determinação da Justiça por estarem localizadas a 300 quilômetros de Abrolhos. Prevaleceu o interesse pelos blocos das conhecidas bacias de Santos e de Campos.

A ANP estima que a rodada de concessões deste mês vai desencadear investimentos de pelo menos R\$ 1,58 bilhão apenas na primeira fase dos contratos de concessão, além de uma produção estimada em 400 mil a 500 mil barris por dia, e uma arrecadação de tributos e participações governamentais de R\$ 100 bilhões ao longo da vida dos projetos. Deve ainda abrir espaço para liberação de recursos que estão contingenciados na próxima revisão de receitas e despesas, com consequente afrouxamento do aperto orçamentário. O governo havia previsto receita de R\$ 2,35 bilhões para este leilão no relatório do quarto bimestre, mas acabou retirando o montante por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme apurou o **Valor**. A receita obtida acabou sendo quatro vezes maior.

Maiores expectativas foram direcionadas para os leilões de novembro. No dia 6, haverá o leilão do excedente da cessão onerosa, com sua arrecadação bilionária. Um dia depois, ocorrerá a 6ª Rodada da Partilha do Pré-sal, que deve render R\$ 7,85 bilhões. Metade do pagamento deve ser feito ainda neste ano e o restante em 2020. Os investimentos esperados ao longo dos contratos desses leilões devem chegar a R\$ 1,1 trilhão.

Nos últimos dias, algumas decisões abriram caminho para a confirmação do leilão da cessão onerosa. O plenário do Tribunal de Contas da União deu sinal verde, embora com ressalvas. Mais importante do que isso foi o acerto do rateio entre União, Estados e municípios dos recursos que serão levantados, sacramentado no Congresso. Em tempos de penúria generalizada, o assunto gerou muito debate e até emperrou a votação da reforma da Previdência.

O acordo estabeleceu que R\$ 33,6 bilhões ficarão com a Petrobras. Dos R\$ 72,9 bilhões restantes, 15% ficarão com Estados, 15% com os municípios e 3% com os Estados confrontantes à plataforma continental onde ocorre a extração petrolífera. A diferença de R\$ 48,84 bilhões, ou 67%, ficará com a União. A divisão do bolo levou em conta vários critérios para conciliar os interesses dos Estados mais pobres com os dos mais ricos.

Um dos principais méritos do acordo foi vincular o destino dos recursos recebidos pelos Estados e Distrito Federal ao pagamento das despesas previdenciárias, inclusive de estatais, e para investimentos. Caso o Estado queira direcionar o dinheiro para investimentos, terá que criar uma reserva específica para pagar as despesas previdenciárias a vencer até o exercício financeiro do ano seguinte ao da transferência dos recursos pela União. Já os municípios, em tempos de eleição, bateram o pé e conseguiram liberdade para investir os recursos recebidos ou criar reserva para compromissos previdenciários, sem vinculação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2019****Seção: Opinião****Autor: Sami Grynwald****Título: Por um lugar ao sol**

A conta de luz é composta pelo valor da energia consumida, impostos, encargos e também dos serviços de transmissão e distribuição - ou seja, a infraestrutura necessária para fazer a energia elétrica chegar até as casas, empresas, indústrias. O Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) é uma rede de alta complexidade. É justo que todos os consumidores remunerem adequadamente os custos da rede, incluindo os custos de capital. Mas, quando os consumidores investem na geração própria de energia elétrica, também é justo que os benefícios da geração distribuída sejam corretamente considerados nesse setor continuamente em modernização.

A geração distribuída de energia elétrica - modalidade na qual os consumidores atendidos pelas concessionárias locais optam por produzir a própria energia em sistemas de pequeno porte - vem crescendo rapidamente no Brasil. Nos últimos seis meses, o crescimento foi próximo de 60%: de 816 MW de potência instalada em março para 1,3 GW até o final de setembro. Embora o crescimento dessa modalidade, realizada exclusivamente a partir de fontes renováveis, seja motivo de celebração, parte desse crescimento é motivado pelo temor de que uma mudança nas regras possa inviabilizar esse mercado.

A geração de energia elétrica próxima ao centro de carga atrai investimentos de grande porte

O debate sobre a revisão da Resolução Normativa nº 482, publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2012, tem mobilizado agentes e acirrado os ânimos de alguns interlocutores. Em situações assim, é comum que o foco das discussões acabe por se concentrar em expressões e argumentos mais passionais, como o “perigo” de taxar ou não taxar o sol, deixando de fora questões estruturais. A normatização tangencia entraves que vão desde a correta precificação dos sistemas até os descompassos entre os modelos e a realidade operacional.

É válida a discussão sobre ajustes à forma como a compensação da energia acontece hoje, porque a infraestrutura disponibilizada pelas distribuidoras é fundamental para a segurança de fornecimento e para a viabilidade financeira dos sistemas de GD - e esse serviço deve ser remunerado. Mas há o risco de migrarmos de um desequilíbrio diretamente para outro. Ainda que a Aneel proponha um sistema de gatilhos, a tendência é que as regras para a

compensação de energia caminhem até chegar à remuneração total do sistema, que pode interromper o crescimento de um dos poucos setores da economia brasileira em expansão.

Há seis alternativas em debate para a revisão da norma. A alternativa 0 considera a manutenção do cenário atual e vem sendo defendida por associações setoriais ligadas à geração distribuída. A alternativa 1 propõe uma taxa de 28% por kWh para remuneração do fio, o equivalente à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD-Fio B). A alternativa 2 propõe a taxa de 34%, o equivalente à TUSD-Fio B e à TUSD-Fio A - esta última relativa aos serviços de transmissão. A alternativa 3 abrange tarifas e encargos, chegando a 41% de desconto por kWh. A alternativa 4 inclui também o desconto pelas perdas que ocorrem no processo - perdas essas que a própria GD contribui para reduzir - e chega a 49%. Finalmente, na alternativa 5, o consumidor pagaria por todos os componentes da tarifa, exceto a parcela referente à compra de energia; o desconto, nesse caso, chega a 63%, e o consumidor que investiu em um sistema próprio de geração poderia compensar apenas 37% da energia injetada na rede.

A própria Aneel demonstra, através de seus estudos, que o investimento em geração distribuída remota (aquela em que a geração é realizada em local diferente do consumo) perde sua atratividade com a mudança de cenário regulatório. Hoje, o payback estimado é de menos de 4,8 anos. Se adotada a “alternativa 1”, o tempo necessário para o payback do investimento quase dobra, para oito anos. Na “alternativa 5”, o payback sobe para 26 anos - perspectiva impeditiva até mesmo para os empresários mais engajados no combate ao aquecimento global. É preciso identificar corretamente os benefícios da GD de forma a equilibrar benefícios e custos envolvidos para manter o crescimento deste setor sem onerar indevidamente outros consumidores.

A energia solar, fonte utilizada em mais de 80% dos sistemas de geração distribuída, é produzida nos horários em que se verifica a maior demanda nacional por energia. Há algum tempo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vem registrando mudanças nos hábitos de consumo nacionais, com picos de carga por volta das 15h. Se tomarmos como exemplo as curvas de carga horária registradas em setembro, veremos que o pico foi entre as 14h e 15h na maioria dos dias úteis. No entanto, as concessionárias de energia consideram geralmente o intervalo entre as 18h e 21h como o “horário de ponta” para o estabelecimento de suas tarifas. Vale lembrar que esse modelo de tarifação foi criado em 1993, pela Lei nº 8.631, e regulamentado pelo Decreto nº 774, do mesmo ano, quando o início da noite era o momento de maior consumo no país.

A energia solar gera no momento mais crítico do dia para o sistema. Se considerássemos uma reestruturação do setor em linha com precificação da energia com base horária - como deve acontecer no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partir de 2020-, o benefício financeiro da geração solar ficaria evidente. Os preços divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para o ano de 2019 demonstram o preço da energia entre as 10h da manhã e as 18h da tarde tem ficado entre 5% a 10% mais elevado do que após as 20h ou no início da manhã. Portanto, a energia solar traz benefício não somente a quem gera, mas também algumas vantagens para os demais consumidores e para as distribuidoras, evitando a aquisição de insumo a preço elevado.

Concordamos que é necessária uma revisão das regras. Todavia, é necessário considerarmos os benefícios da geração distribuída ao país e ao próprio sistema de distribuição - reduzindo perdas, serviços ancilares, postergação de investimento em reforço e linhas de transmissão, entre outros. Uma proposta excessiva terá, sim, efeitos negativos no mercado. A forma mais correta de resolver esse impasse é por meio de uma mudança estrutural, capaz de rediscutir não apenas a geração distribuída, mas as características do sistema como um todo e a correta precificação dos serviços prestados.

A geração de energia elétrica próxima ao centro de carga é tendência mundial, atraindo investimentos de grande porte e se consolida como alternativa fundamental para que os países possam conter as emissões de gases de efeito estufa e cumprir os acordos internacionais voltados à questão climática. É importante que esse mercado se consolide e continue crescendo, e que a ordenação e a transparência do sistema cresçam também a partir desse debate.

Sami Grynwald é diretor de Novos Negócios na Thymos Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Ivan Ryngelblum — Do Rio e São Paulo

Título: Sem acordos, piora crise da Renova

Light deixa controle da elétrica, que tenta alongar uma dívida de R\$ 1 bilhão com BNDES

Menos de uma semana após a AES Tietê ter encerrado as negociações com a Renova Energia para a compra do projeto eólico Alto Sertão III, a Light, uma das controladoras da geradora de energia renovável, firmou acordo de venda da totalidade de suas ações na empresa para seus sócios-fundadores. O negócio ocorreu na véspera do vencimento de um empréstimo de quase R\$ 1 bilhão da Renova com o BNDES. Se não houver sucesso na negociação com o banco, o mercado cogita a possibilidade de a empresa pedir recuperação judicial.

A luz amarela foi acesa em setembro, quando o **Valor** informou que a GE havia sinalizado que deixaria o projeto de Alto Sertão III. O contrato com a fabricante americana era tido como crucial para a viabilização da venda do ativo para a AES Tietê. O negócio previa pagamento de R\$ 350 milhões pelo ativo, de 437,4 megawatts (MW) de capacidade, com índice de conclusão de 87%. Pelo contrato, a AES também levaria a dívida de cerca de R\$ 1,4 bilhão do projeto, sendo R\$ 993 milhões com o BNDES.

Na última quinta-feira, a AES Tietê e a Renova Energia confirmaram o encerramento das negociações. Na ocasião, a Renova informou que estava em negociação com o BNDES para prorrogar, até 15 de janeiro de 2020, o empréstimo-ponte destinado à execução das obras do parque eólico, cujo vencimento era esta terça-feira.

Procurado pelo **Valor**, o BNDES informou que “não comenta negociações em curso com empresas de capital aberto”.

Se não houver acordo com o BNDES, cresce a probabilidade de a Renova pedir recuperação judicial, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**. “Tudo caminha para a recuperação judicial”, afirmou um analista de mercado, em condição de anonimato.

Em relatório assinado pelos analistas Kaique Vasconcellos e Daniel Travitzky, o banco Safra destacou que a Renova enfrenta problemas de caixa e dificuldades para achar uma solução para Alto Sertão III, ao mesmo tempo em que pode precisar de recursos adicionais ou entrar no “Capítulo 11” (pedir recuperação judicial) para refinaranciar suas operações.

Ontem, as ações da geradora fecharam em queda na B3. As units - papéis mais líquidos da empresa - recuaram 6,25%, negociados a R\$ 15,90. Contribuiu para o clima de pessimismo a renúncia do diretor financeiro e de relações com investidores da Renova, Claudio Ribeiro, anunciada ontem.

Os acionistas da Light, por outro lado, receberam de forma positiva a notícia da saída da empresa da geradora renovável. As ações da elétrica fluminense encerraram o pregão de ontem na B3, com alta de 0,32%, a R\$ 18,57.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

O conselho de administração da Eletrobras aprovou proposta de realização de aumento de capital com subscrição privada. O objetivo da operação é integralizar os aportes feitos pela União nos últimos anos em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afacs), em cerca de R\$ 4 bilhões, corrigido pela taxa Selic. Com a aprovação, a expectativa é que seja convocada uma assembleia geral extraordinária (AGE) de acionistas para deliberar sobre a medida. Também é aguardada a publicação de decreto presidencial autorizando a operação e formalizando que não haverá dinheiro novo da União no processo. Conforme o **Valor** informou na última semana, a ideia é realizar um aumento de capital com recursos dos minoritários. O objetivo da medida é desonerar a companhia, já que os aportes da União são corrigidos pela taxa Selic, e limpar o balanço da empresa, preparando-a para a privatização. A operação também aumentará o volume de recursos que o governo poderá receber da Eletrobras, em dividendos retidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Cemig analisa investimento na Renova

Após saída da Light, elétrica mineira deve decidir se mantém, aumenta ou vende fatia na geradora

Com a decisão da Light de vender a totalidade de sua participação na Renova Energia para os sócios-fundadores da companhia, pelo valor simbólico de R\$ 1, as atenções do mercado se voltam agora para a Cemig. Como integrante do bloco de controle da geradora de energia renovável, a elétrica mineira pode tanto exercer preferência para comprar parte das ações da Light na empresa quanto acionar o direito de venda de sua fatia na Renova.

Ontem, a Light anunciou a assinatura de contrato de venda de sua participação (21,72% das ONs e 17,17% do capital total) para o CG I FIP Multiestratégia, dos sócios fundadores da Renova, Renato do Amaral e Ricardo Delneri. Eles hoje possuem 20,13% das ONs e 17,45% do capital. Já a Cemig tem 45,83% das ONs e 17,17% do capital.

Caso a Cemig exerça o direito de preferência de compra, a medida na prática, implicará na estatização da Renova, porque a empresa ultrapassará 50% das ONs. Por outro lado, se acompanhar a Light no processo, a elétrica mineira registrará o prejuízo do investimento feito na Renova.

O **Valor** apurou que a Cemig foi notificada sobre a operação da Light ontem de manhã e que o tema seria analisado pelo conselho de administração. Em nota, a ela disse que “está avaliando o negócio e seus direitos decorrentes do Acordo de Acionistas da Renova”.

Para os analistas Henrique Peretti e Milene Carvalho, do J.P. Morgan, a decisão da Light está em linha com a estratégia da empresa de se desfazer de ativos que não são essenciais à sua operação e de reduzir um risco de liquidez, caso a Renova não seja bem-sucedida na negociação com o BNDES relativa à dívida de R\$ 1 bilhão. A dívida é referente às obras do parque eólico Alto Sertão III, que possui índice de conclusão de 87% e cuja negociação de venda para a AES Tietê foi encerrada na última semana.

Com relação à Cemig, os especialistas acreditam que a companhia poderia também sair da Renova Energia para mitigar riscos. Além disso, uma venda de participação na Renova também estaria de acordo com o plano de desinvestimentos da Cemig, na gestão de Romeu Zema (Novo).

O **Valor** apurou que, com o fim das negociações com a AES Tietê, e o agravamento da situação da Renova, a Light iniciou negociação com os sócio-fundadores para a venda de sua participação na empresa. O acordo foi discutido pelo conselho de administração da Light durante todo o fim de semana. A decisão da elétrica fluminense, então, foi abrir mão da Renova para evitar de ter que colocar mais dinheiro na empresa.

“Para a Light, é uma estratégia de ‘stoploss’. Isto é, vende-se para evitar os prejuízos com a participação em uma recuperação judicial”, disse uma fonte a par do assunto.

Segundo outra fonte, os investidores da Light entendem que ativos como a Renova levam a companhia a desembolsar recursos que poderiam ser utilizados na melhoria dos indicadores operacionais, por exemplo a redução das perdas de energia na atividade de distribuição. Essa visão está de acordo com o divulgado

pela Light em fato relevante, de que a venda da Renova está “em linha com a estratégia de desinvestimento de ativos non-core [não essenciais] e, assim, seguir com foco na geração de valor aos seus acionistas pela melhoria operacional no seu ativo de distribuição.

No primeiro semestre do ano, a Renova registrou prejuízo líquido de R\$ 608 milhões e receita operacional líquida de R\$ 76,6 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras pagará R\$ 210 mi à União

Os recursos estão previstos para entrar na conta única do Tesouro Nacional até o fim de novembro

A Petrobras e a Pré-sal Petróleo (PPSA) firmaram ontem acordo por meio do qual a petroleira pagará R\$ 210 milhões à União. Os recursos estão previstos para entrar na conta única do Tesouro Nacional até o fim de novembro.

O desembolso é referente à parcela da União na produção de petróleo na jazida compartilhada de Tartaruga, entre os campos de Tartaruga Verde e Tartaruga Verde Sudoeste, na Bacia de Campos. O pagamento é fruto de uma conciliação financeira chamada “Equalização de Gastos e Volumes” (EGV).

De acordo com a PPSA, a EGV é resultado do “Acordo de Individualização da Produção” (AIP) realizado na jazida compartilhada. A Petrobras iniciou a exploração na área em 2004, em regime de concessão. No local, foram descobertas duas jazidas, sendo que uma delas se estendeu à sudoeste, para área não contratada, ou seja, de propriedade da União. Sempre que o limite de uma jazida ultrapassa a área de um contrato, é necessária a realização de um AIP. O acordo foi assinado em outubro de 2014 e tornou-se vigente em março de 2018.

Nesses casos, a União, representada pela PPSA, passa a ter direito a uma parcela da produção e responsabilidade equivalente sobre os gastos. Na jazida de Tartaruga, ficou acordado que a participação da União é de 17,85%. Foi realizado um acerto de contas, considerando os investimentos e receitas

registrados desde o início de exploração na área, o que resultou no saldo a receber de R\$ 210 milhões.

Segundo a PPSA, esta é a terceira EGV concluída pela companhia. Em dezembro de 2018 foi realizado um acordo com o consórcio BM-S-9, referente ao campo de Sapinhoá, importante produtor de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, que resultou no ingresso de R\$ 847 milhões para o Tesouro. Em abril deste ano, um segundo acordo com o mesmo consórcio resultou no pagamento de R\$ 108 milhões. Com a EGV da jazida compartilhada de Tartaruga, a entrada de recursos no Tesouro proveniente de AIPs totaliza R\$ 1,16 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ribeiro e Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: China cresce 7,8% e puxa o consumo mundial de aço

China e Índia vão ser os protagonistas no consumo mundial de aço neste ano. A siderurgia chinesa, em ritmo acelerado de crescimento, deve fechar o ano com 900 milhões de toneladas, enquanto o mercado doméstico indiano deve superar, pela primeira vez, o dos Estados Unidos.

As projeções de curto prazo são da World Steel Association, que divulgou ontem em seu congresso anual, em Monterrey, no México, o documento Short Range Outlook (SRO). Elaborado pelo Comitê Econômico da entidade, o documento é levado a público nos meses de abril e outubro.

A revisão do SRO de abril da Worldsteel mostrou que a demanda interna da China terá alta de 7,8% neste ano, frente a 1% de antes. Isso foi suficiente para o volume dar um salto de 57 milhões de toneladas no total estimado para o país. Ao mesmo tempo, o documento projeta que o consumo local por aço deverá subir 1% no próximo ano. Em abril, a previsão apontava para uma retração de 1%, comparado com 2019.

O crescimento mundial do consumo neste e no próximo ano será impulsionado pelo setor de construção na China. Segundo a entidade, nos sete meses de 2019, o mercado imobiliário chinês registrou o desempenho mais forte dos últimos cinco anos. “Em primeiro lugar, devido ao relaxamento das políticas de controle nas cidades de nível 2 a 4 e, em segundo lugar, ao novo padrão de construção implementado, que entrou em vigor em abril de 2019. Estima-se que tenha aumentado a intensidade de aço em novos edifícios em cerca de 5%”.

Após se tornar, anos atrás, líder global na produção de aço, a China passa a ter o maior volume de consumo de produtos siderúrgicos, conforme o novo SRO. Estão projetadas 900,1 milhões de toneladas (50,7%) neste ano e 909,1 milhões em 2020. O restante do mundo, que vai patinar em 0,2% de crescimento agora e 2,5% no próximo ano, ficará com 874,9 milhões e 896,6 milhões de toneladas, respectivamente.

O consumo de aço no mundo deverá alcançar 1,77 bilhão de toneladas neste ano, um aumento de 3,9%, segundo os novos dados da Worldsteel, que representa produtores de 85% do aço fabricado mundialmente. Para 2020, a projeção é de crescimento de 1,7%, totalizando 1,8 bilhão de toneladas.

Além da China, o crescimento da demanda virá de países em desenvolvimento, principalmente no Sudeste asiático, da Turquia e da Índia. As economias desenvolvidas, e maduras, da União Europeia e a americana vão ficar em padrões de expansão de 1% para baixo.

O mercado da Índia irá a quase 102 milhões de toneladas neste ano e a 108,7 milhões em 2020, indica o SRO. Passará pela primeira vez o volume consumido nos Estados Unidos, que ficará no patamar de 101 milhões de toneladas nos mesmos anos. O consumo indiano cresce a ritmo anual de 5% a 7%.

A demanda interna de aço do Japão vem em decréscimo nos últimos anos, devendo ficar em 64 milhões de toneladas em 2020. A sul-coreana mostra leve reação.

Já o Brasil nem aparece entre os dez maiores do mundo, sendo superado pelo México (25 milhões de toneladas) e pela Turquia, com 27,7 milhões.

Al Remeithi, presidente do Comitê de Economia da Worldsteel, disse que as estimativas sugerem que a demanda global de aço continuará a crescer em 2019, “mais do que esperávamos nesses tempos difíceis, principalmente devido à China. No resto do mundo, a demanda por aço desacelerou em 2019, à medida que incertezas, tensões comerciais e questões geopolíticas pesavam no investimento e no comércio.”

Segundo o executivo, a manufatura, em especial o setor automobilístico, teve contração na produção em muitos países. Todavia, na construção, apesar de alguma desaceleração, um impulso positivo foi mantido. “Embora a perspectiva econômica global seja altamente imprevisível, esperamos ver um crescimento adicional da demanda de aço em 2020 de 1,7%, com as economias emergentes e em desenvolvimento, excluindo a China, contribuindo mais. Essa previsão enfrenta riscos negativos significativos se o atual nível de incerteza prevalecer”, disse Remeithi.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Alessandra Saraiva — Do Rio****Título: Vale vai retomar produção até fim de 2021**

De julho a setembro, produção 86,7 milhões de toneladas de minério de ferro foi 35,4% superior ao 2º tri

Os números de produção do terceiro trimestre do ano divulgados ontem pela Vale confirmam que a mineradora está em uma trajetória de retomada gradual da produção de minério de ferro - seu principal produto - depois da tragédia de Brumadinho (MG), em 25 de janeiro deste ano, que resultou em 270 vítimas (251 mortos e 19 desaparecidos), segundo dados atualizados no começo deste mês.

Ontem a mineradora reforçou que pretende retomar até o fim de 2021 a produção de cerca de 50 milhões de toneladas de minério de ferro em Minas Gerais, em operações que estão suspensas como consequência de Brumadinho. No primeiro trimestre de 2019, a Vale chegou a ter 93 milhões de toneladas de minério de ferro paralisadas, mas a mineradora conseguiu reduzir o grau de incertezas graças à retomada das operações de Brucutu, principal mina de ferro da companhia em Minas Gerais, e ao retorno parcial das operações de processamento a seco (sem o uso de água) no Complexo de Vargem Grande, também em Minas.

Esses dois retornos - Brucutu e Vargem Grande - foram anunciados em junho e julho e contribuíram para a Vale produzir 86,7 milhões de toneladas de minério de ferro entre julho e setembro, 35,4% acima do segundo trimestre do ano, mas 17,4% abaixo do terceiro trimestre de 2018.

A empresa também detalhou como imagina que se dará a retomada dos volumes paralisados: “Em 2020, a Vale espera produzir adicionalmente cerca de 30 milhões de toneladas de operações suspensas relacionadas à tragédia de Brumadinho, com 7 milhões de toneladas provenientes do retorno parcial das operações a seco do Complexo de Vargem Grande em 2019 e o restante proveniente das operações de processamento a seco de [minas de] Fábrica, Timbopeba e outros. Em 2021, a Vale espera adicionar os cerca de 25 milhões restantes, provenientes, principalmente, das operações de processamento a úmido [com o uso de água] de Timbopeba e do Complexo de Vargem Grande.”

No relatório, a Vale também reafirmou que deve vender entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano, com previsão de que o

volume final fique próximo do centro da meta. Antes de Brumadinho, a Vale trabalhava com uma meta de produção de 400 milhões de toneladas de minério de ferro para este ano. Recentemente a companhia indicou que o número continuará a ser perseguido, mas há no mercado quem acredite que pode levar até dois anos para esse volume de produção ser atingido. Desde a tragédia, a Vale passou a informar uma meta de vendas e não mais de produção, como fazia antes.

Também ontem a companhia reafirmou a revisão que havia feito, em setembro, na meta de produção de pelotas de minério de ferro, que caiu de 45 milhões para 43 milhões de toneladas. A mudança busca adaptar o portfólio de produtos da companhia às condições “temporárias” de mercado, segundo a própria Vale.

Entre julho e setembro deste ano, as vendas de minério de ferro e pelotas somaram 85,1 milhões de toneladas, 20,2% acima do segundo trimestre de 2019, mas 13,3% abaixo do terceiro trimestre de 2018. No acumulado do período janeiro-setembro, a Vale vendeu 223,6 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, com queda de quase 17% sobre o mesmo período de 2018.

Analistas de bancos consideraram que o resultado da Vale veio dentro das expectativas. O Itaú BBA disse que, como esperado, a Vale recebeu menores prêmios por produtos de maior qualidade. Os prêmios ficaram em US\$ 5,9 por tonelada no terceiro trimestre ante US\$ 11,4 por tonelada no segundo trimestre do ano. O banco estimou que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Vale, no terceiro trimestre, deve ficar em US\$ 4,95 bilhões (os números serão conhecidos dia 24). O BTG Pactual trabalha com número semelhante para o Ebitda. O banco disse ainda acreditar que a Vale pode voltar a pagar dividendos aos acionistas em 2020. A distribuição de dividendos foi suspensa depois de Brumadinho. O Santander também prevê que os resultados do terceiro trimestre e um quarto trimestre “sólido” podem “abrir a porta” para a retomada no pagamento dos dividendos no começo de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Cresce investimento em biogás no Brasil

A conjunção entre mudanças regulatórias e o início de uma política que o governo espera que seja o motor do desenvolvimento do mercado de gás como fonte de transição energética é vista com animação por setores que podem

produzir um gás bem menos poluente, o biogás. O volume de biogás, fabricado a partir de matéria orgânica e que pode servir tanto para gerar energia ou como substituto do gás veicular, representa ainda menos de 2% da produção de gás natural de origem fóssil.

“As regras do Novo Mercado de Gás são perfeitas para o mercado de biogás”, defendeu Alessandro Gardemann, presidente da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), ao **Valor**. Uma das diretrizes para o Novo Mercado de Gás, que está começando a ser discutido em um comitê com membros de ministérios e agências do governo, é quebrar o monopólio da Petrobras na compra de gás natural. O programa prevê incentivos a investimentos em infraestrutura de distribuição de gás natural - que, segundo Gardemann, pode ser plenamente utilizada pelo biogás.

Se o novo ambiente regulatório incentivar o suficiente o interesse sobre o potencial de biogás já existente - assentado principalmente na enorme quantidade de resíduos do campo, sobretudo no segmento de cana e na criação de suínos -, o país teria capacidade de ver investimentos de R\$ 5 bilhões ao ano pela próxima década nessa área, que podem elevar a oferta até 10 bilhões de metros cúbicos de biogás ao ano, conforme estimativas da ABiogás.

Esses investimentos, se efetivados, podem totalizar R\$ 50 bilhões até 2030 e são tratados pela indústria como a “meta” para o setor, considerando não apenas o potencial teórico de produção de biogás no país mas também as perspectivas reais de aportes na tecnologia.

Já há investimentos crescentes em curso, embora ainda distantes da meta. Segundo a ABiogás, há sete grandes projetos em andamento, mais uma miríade de pequenos, que somam R\$ 700 milhões e que devem, a partir de 2021, acrescentar à capacidade de biogás 180 milhões de metros cúbicos ao ano. Atualmente, as mais de 300 plantas de biogás produzem cerca de 730 milhões de metros cúbicos ao ano, ante 40 bilhões de metros cúbicos anuais de gás natural de origem fóssil.

O segundo propulsor do segmento deve ser o RenovaBio, cujas metas de descarbonização para as distribuidoras entrarão em vigor no próximo ano e para as quais várias usinas estão se cadastrando para vender Créditos de Descarbonização (CBios). O biometano padrão, dentro do programa, emite 96% menos em substituição a uma cesta de combustíveis fósseis (diesel, gasolina e

GNV) - o que já credenciaria o produtor a uma alta capacidade de emissão de CBios.

Mas, para Gardemann, mais importante que a receita com os CBios é a lógica do programa, que permite a comparação entre a eficiência energética (e de suas pegadas de carbono) de cada produtor. Nesse jogo, a substituição do diesel por biometano, por exemplo, em caminhões adaptados ao combustível, que vão começar a ser lançados neste ano, pode se revelar um importante diferencial de eficiência energética e ambiental, principalmente para o setor de cana, sustentou.

O potencial teórico de produção de biogás, levando em consideração toda a matéria orgânica que pode ser aproveitada hoje e que é “perdida”, é muito maior que a meta. Em cálculo atualizado recentemente, a ABiogás estima que seria possível produzir, sem abrir um hectare de terra plantada, o equivalente a 45 bilhões de metros cúbicos ao ano.

Essa produção injetaria nas cadeias produtivas uma receita de R\$ 50 bilhões ao ano e, ao substituir o uso do gás de origem fóssil, reduziria as emissões em 130 milhões de toneladas de gás carbônico ao ano - 15% da meta do Brasil no âmbito do Acordo de Paris para a redução das emissões até 2025.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval e Simeon Kerr — Financial Times, de Londres e Dubai

Título: Plano de abertura de capital da Aramco entra na reta final

A Arábia Saudita deverá aprovar oficialmente os longamente esperados planos de realizar a Oferta Pública Inicial (IPO, nas iniciais em inglês) de sua estatal de energia nesta semana, três anos depois de o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, ter colocado seu lançamento de papéis no centro dos planos destinados a remodelar a economia do país.

O governo deverá aprovar o registro doméstico das ações da Saudi Aramco ainda nesta semana, de acordo com pessoas a par do assunto. O conselho diretor da Saudi Aramco, em seguida, dará sinal verde à empresa antes de ela anunciar seu plano de emitir as ações, no dia 20, disseram essas fontes.

Yasir al-Rumayyan, presidente do conselho diretor da Saudi Aramco, disse ontem que a empresa anunciará sua tão esperada estreia no mercado de capitais “muito, muito em breve”. E acrescentou: “A IPO da Aramco vai ocorrer antes do que vocês pensam.”

O governo saudita tenta comercializar nada menos que 3% do capital da Saudi Aramco na bolsa doméstica Tadawul em novembro. O registro das ações no reino é a prioridade por enquanto, embora possa ser seguida pela mesma iniciativa em uma bolsa internacional.

Altos dirigentes de bancos nacionais insistem em afirmar que a demanda interna pela venda de ações é forte. Os bancos sauditas deverão entrar em intensa onda de concessão de empréstimos a investidores para que eles possam custear sua aquisição de ações da Saudi Aramco. Os bancos também estão formando fundos por meio dos quais os acionistas de varejo poderão comprar as ações oferecidas, na tentativa de gerar uma reação esmagadora.

“Tem relação com o dever patriótico deles, com a sensação de que eles podem participar da riqueza criada pela Aramco”, disse um alto executivo de banco bem-informado sobre os preparativos. “Os sauditas comuns querem comprar uma parte disso.”

No entanto, grandes famílias de comerciantes - muitas das quais foram pegas na operação de combate à corrupção de 2017 - também estão sendo pressionadas a investir, em um esforço para garantir o sucesso da IPO.

Apesar de graduadas autoridades de bancos locais apontarem para o entusiasmo reinante entre investidores de varejo na Arábia Saudita, não está claro se o príncipe Mohammed conseguirá obter a avaliação de US\$ 2 trilhões que pretende, em meio ao ceticismo dos potenciais investidores externos, acrescentaram as fontes.

Há preocupações em torno do que é percebido como interferência do Estado na estratégia da Saudi Aramco e da segurança dos ativos energéticos sauditas como um todo, após os ataques desfechados contra infraestrutura energética saudita. Mas Kirill Dmitriyev, executivo-chefe do Fundo de Investimento Direto Russo, disse em um fórum de investimento russo-saudita que “uma série de investidores russos tem real interesse por essa IPO”.

A Arábia Saudita intensificou, nas últimas semanas, os esforços para sustentar uma avaliação maior para a petroleira, apesar de analistas do setor, de bancos

que operam a IPO e de algumas instituições estrangeiras terem dito que a empresa, provavelmente, tem valor de mercado, mais perto de US\$ 1,5 trilhão.

No mês passado, o governo anunciou um dividendo anual de US\$ 75 bilhões, mudou os pagamentos de royalties do governo e reduziu a magnitude dos planos de investimento de longo prazo.

Os executivos da Saudi Aramco e os assessores da empresa viajaram pelo mundo inteiro - dos Estados Unidos à Ásia - para contatar potenciais investidores. Após anunciar sua intenção de emitir as ações, no domingo, a empresa divulgará o prospecto e manterá novos encontros com acionistas, disseram as pessoas.

O governo também espera que o dinheiro atualmente mantido fora do reino por sauditas ricos acabe respaldando a abertura de capital. Esses recursos impulsionarão o Fundo de Investimento Público, que é o fundo soberano do país e o veículo escolhido pelo príncipe Mohammed para impulsionar as reformas e investimentos econômicos em setores não petrolíferos.

“É essencial o ingresso de dinheiro externo, que poderá ser injetado na Aramco e depois canalizado para o Fundo de Investimento Público e, dali, reinvestido no exterior”, disse um alto dirigente de banco local.

A maioria dos contatos com as pessoas mais ricas do reino, muitas das quais não foram alvos das medidas de combate à corrupção, está sendo feita por meio de seus diretores de relações pessoais, e não pelos serviços de segurança, disse um alto dirigente de banco local.

“Quem não quer investir na Aramco, com suas margens maiores, custos mais baixos e as maiores reservas?”, perguntou o alto executivo de banco saudita sobre a empresa mais lucrativa do mundo. A Saudi Aramco não comentou.

(Colaborou Nastassia Astrasheuskaya, de Moscou)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/10/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Megaleilão de petróleo depende do Congresso, alerta governo

‘Tem de acelerar votação de projetos para viabilizar megaleilão’, diz nº 2 da Economia

Pressa. Segundo secretário especial do ministério, Waldery Rodrigues, Congresso precisa aprovar projetos que abram caminho para repasse dos recursos a Estados e municípios e para o pagamento à Petrobrás; segundo ele, isso traz segurança jurídica à disputa

O governo vai pedir ao Congresso Nacional prioridade na votação de dois projetos de lei considerados necessários para tornar viável o megaleilão do pré-sal, no qual pretende arrecadar R\$ 106,5 bilhões – dinheiro que deve ser dividido entre União, Estados e municípios. Em entrevista ao ‘Estadão/Broadcast’, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que vencer essa etapa é “imprescindível” para trazer segurança jurídica ao certame, marcado para 6 de novembro.

Para tornar a disputa possível, um dos projetos que precisa ser aprovado é o que abre caminho no Orçamento para o pagamento à Petrobrás dos investimentos já feitos pela petroleira. O outro, permite o repasse do dinheiro para governadores e prefeitos. “Isso é necessário para que todos os 14 concorrentes fiquem confortáveis”, disse, sobre o medo dos investidores de judicialização do leilão devido à indefinição da divisão da verba.

O prazo legal para o envio desses pedidos de abertura de crédito termina hoje. Mas o governo vai enviar uma proposta alterando a data para ganhar mais tempo. A aprovação das medidas depende de uma sessão do Congresso, a ser convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP). O líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), disse que o Congresso vai votar os projetos antes do leilão. Alcolumbre já deu um prazo maior: até o fim do ano.

A intenção do governo é enviar os projetos logo depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) der o sinal verde para a revisão do contrato das áreas do pré-sal que foram repassadas à Petrobrás em operação que ficou conhecida como cessão onerosa. Como o potencial de exploração é maior do que os 5 bilhões de barris de petróleo que a Petrobrás pode explorar, o excedente agora será leilado.

Petrobrás. Quanto mais demorar o acordo para a partilha do bônus de assinatura do megaleilão do pré-sal, mais dinheiro União, Estados e municípios deixam de receber. Isso porque a parte da dívida da Petrobrás é corrigida pela taxa básica de juros, a Selic. Desde que assumiu o compromisso de pagar a dívida com estatal pelos investimentos já feitos, o valor subiu de R\$ 33,6 bilhões para R\$ 34,5 bilhões.

O acordo da chamada cessão onerosa foi fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar sem licitação cinco bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos (SP). Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. Esse valor passou pela revisão e, agora, a União terá de devolver uma parte à empresa.

O secretário ressaltou que há outras áreas concorrentes à brasileira no mundo, como na Indonésia, e que os investidores podem olhar para outras oportunidades se não se sentirem “confortáveis” com o leilão. Rodrigues destacou que a cessão onerosa é o maior evento de política fiscal – pelo potencial de arrecadação para os cofres públicos – da história do País e de maior representatividade para a Petrobrás. Segundo ele, pouco se tem falado sobre o dinheiro que a Petrobrás vai receber das empresas ganhadoras do leilão como compensação pelos investimentos já feitos, além do pagamento do governo pela revisão do contrato.

“A Petrobrás será compensada”, disse o secretário, que nas últimas semanas tem mantido reuniões com grupos de investidores. Ainda não há uma estimativa oficial do governo sobre os valores que a petrolífera poderá receber. O prazo para essa negociação, após leilão, é de 18 meses.

Disputa. O governo espera que haja grande concorrência no leilão dos quatro blocos de exploração: Búzios, Itapu, Sépia e Atapu. Nos dois primeiros, a Petrobrás já exerceu seu direito de preferência para abocanhar 30% da área, o que sinaliza o seu alto potencial. Com isso, o governo calcula que haverá lances ousados nessas áreas com chances de ágio sobre a parcela de óleo-lucro que é oferecida pelas empresas no leilão à União. O óleo-lucro é produto da exploração dos campos após a empresa obter o retorno dos seus investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/10/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Sucesso em leilão leva governo a liberar R\$ 7,3 bi

Do valor liberado do Orçamento, R\$ 5 bilhões serão destinados para o Executivo e R\$ 2,1 bilhões para as emendas impositivas

O Ministério da Economia anunciou ontem a liberação de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento de 2019. A ampliação do espaço para gastos foi apontada em um relatório extemporâneo, fora do calendário oficial de revisões das receitas e despesas, feitas nos meses ímpares do ano. A próxima estava programada para 22 de novembro. O desbloqueio de recursos foi possível porque o governo

incorporou as receitas de R\$ 8,9 bilhões com o leilão de áreas de petróleo realizado na semana passada, na 16.^a Rodada de Concessões. Por outro lado, houve frustração de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação de tributos em setembro.

A equipe econômica também decidiu incluir parte da arrecadação com o megaleilão de áreas do pré-sal programado para 6 de novembro. A receita total com bônus de assinatura é prevista em R\$ 106,5 bilhões, dos quais R\$ 52,47 bilhões foram incorporados ao Orçamento. Essa parte do dinheiro, no entanto, não ficará à disposição imediatamente para órgãos e ministérios. Os recursos ficarão numa reserva orçamentária para evitar que as despesas sejam feitas antes de o dinheiro entrar efetivamente nos cofres do governo, o que colocaria em risco o cumprimento da meta fiscal em caso de algum imprevisto no leilão.

A reserva, de R\$ 52,47 bilhões, será posteriormente destinada ao pagamento da União à Petrobrás, pela revisão do contrato de cessão onerosa firmado em 2010, e ao repasse para Estados e municípios, informou o ministério. Com a ampliação, o governo prevê um resultado fiscal negativo em R\$ 76,26 bilhões, isso antes da liberação e também dos repasses a Petrobrás e Estados e municípios. Do valor liberado, R\$ 5 bilhões vão para o Poder Executivo, R\$ 2,15 bilhões para as emendas impositivas e R\$ 146 milhões para os demais poderes.

Oferta. O governo pode ter uma sobra de cerca de R\$ 12 bilhões na reserva orçamentária constituída hoje com recursos esperados com o megaleilão de petróleo do pré-sal, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. No relatório extemporâneo do Orçamento, o governo incluiu R\$ 52,47 bilhões em receitas esperadas com o megaleilão, considerando apenas a primeira parcela do bônus dos dois blocos sobre os quais a Petrobrás já exerceu direito de preferência. O dinheiro, porém, foi destinado a uma reserva e não será utilizado no primeiro momento.

Depois do leilão, ele será usado para pagar o que é devido à Petrobrás (em torno de R\$ 34,5 bilhões). Sobram ao menos R\$ 18 bilhões, sobre os quais haverá ainda repartição proporcional com Estados, municípios e Estados produtores – eles ficam com 33% do valor líquido após o pagamento à Petrobrás. “A reserva é mais que suficiente”, disse Waldery, indicando para a possibilidade de sobra desses recursos. Ele afirmou que, caso isso se confirme, a destinação do dinheiro pode ser decidida no relatório previsto para 22 de novembro. “Continuamos com viés de descontingenciamento”, ressaltou.

Blindagem. O secretário adjunto do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira, disse que os recursos do megaleilão estão “blindados” com a constituição da reserva. “Com o dinheiro entrando, o recurso será liberado”, afirmou. Segundo ele, caso a receita não ingresse nos cofres do governo, a despesa não será executada,

mas esse cenário é considerado de “chance zero” porque a Petrobrás já demonstrou interesse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/10/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: Cobrir rombo da Previdência é prioridade, diz relator

Relator do projeto que divide com Estados e municípios os recursos do megaleilão do petróleo, o senador Omar Aziz (PSDAM) defende exigir que os prefeitos usem os recursos para cobrir rombos na Previdência. Pelo texto da Câmara, essa exigência foi colocada apenas para governadores – municípios poderiam escolher destinar o dinheiro para investimentos. “Isso não me agrada. Tinha de vincular para os dois (Estados e municípios) porque já tivemos uma experiência com a repatriação (de dinheiro do exterior), em que foi dado dinheiro para os Estados e a gente nem sabe o que foi feito com esses recursos”, afirmou Omar Aziz ao Estadão/ Broadcast. Apenas se sobrar dinheiro haveria investimentos. “O recurso não é dos Estados nem dos municípios, estamos dando essa concessão.”

Aziz é presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, onde o texto deverá ser analisado hoje antes de ir ao plenário, e ele próprio escolheu ser relator do texto no colegiado. O projeto foi aprovado na Câmara na semana passada, após os deputados deixarem de lado uma proposta elaborada por senadores, e relatada por Cid Gomes (PDT-CE), que beneficiava mais o Norte e o Nordeste. No novo texto, a situação ficou mais equilibrada e São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso saíram ganhando mais do que receberiam com a proposta anterior.

A tentativa de alterar o texto da Câmara esbarra em um problema: senadores avaliam que é impossível fazer modificações que sejam confirmadas depois por deputados federais. Nessa situação, a única possibilidade seria aprovar o texto da Câmara sem alterações, sob o risco de nenhum projeto ter consenso entre as duas Casas e governadores e prefeitos ficarem sem o dinheiro do leilão, marcado para 6 de novembro. À reportagem, o senador afirmou que acredita ser viável aprovar os critérios da Câmara. Ele ponderou, no entanto, que ainda vai se debruçar sobre o conteúdo para definir o parecer. O texto da Câmara determina que a divisão seja 15% (R\$ 10,95 bilhões) para Estados; outros 15% para municípios; R\$ 49 bilhões para a União; R\$ 33,6 bilhões para Petrobrás; e R\$ 2,4 bilhões para o Rio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 15/10/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Governo libera R\$ 7,3 bilhões a ministérios e parlamentares

Brasília- Após o leilão de áreas de exploração de petróleo, o governo anunciou a liberação de R\$ 7,3 bilhões do Orçamento para ministérios e emendas parlamentares.

Na quinta (10), foi feito o primeiro de três leilões de petróleo previstos até o fim do ano, com arrecadação de R\$ 8,9 bilhões. Ao refazer as contas, a equipe econômica também considerou receitas que devem vir do mega leilão do pré-sal, em novembro.

Do total de recursos liberados, R\$ 5 bilhões serão usados para desbloquear verbas de ministérios. O detalhamento da distribuição entre as pastas será divulgado na próxima semana.

Outros R\$ 2,16 bilhões irão para o pagamento de emendas parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para obras em suas bases. Há ainda R\$ 145 milhões que serão destravados em outros poderes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 15/10/2019**Seção:** Especial**Autor:** João Pedro Pitombo e João Valadares**Título:** Voluntários acham animais mortos em praias com óleo

Ibama contabiliza 14 animais que morreram por causa do produto, mas biólogo afirma que número deve ser maior

SALVADOR E RECIFE- Reunidos em mutirões, grupos de surfistas, pescadores, marisqueiras e até mesmo fiéis de igrejas evangélicas foram às praias no fim de semana para recolher óleo e tentar resgatar animais no litoral nordestino.

Durante as ações, além de um cenário de praias contaminadas, os voluntários encontraram tartarugas, peixes e crustáceos mortos na faixa de areia, nas margens dos rios e também em manguezais.

O Ibama contabiliza 166 locais de 72 municípios dos nove estados nordestinos atingidos pelo óleo. Até o momento, foram registrados 14 animais mortos, sendo 13 tartarugas e uma ave.

O número leva em conta somente os animais cuja morte foi causada pelo óleo, segundo laudo de veterinário do órgão ambiental.

Por isso nem todos os relatos de animais mortos são contabilizados pelo Ibama. É o caso, por exemplo, de um golfinho achado sem vida em Feliz Deserto, em Alagoas, mas ainda não se sabe se a morte foi causada pelo óleo.

César Coelho, diretor de sustentabilidade da Fundação Pro-Tamar, explica que, anualmente, cerca de 1.000 tartarugas marinhas chegam à costa mortas por motivos variados apenas em Sergipe. E explica que só uma análise do animal por um veterinário pode apontar se o óleo foi a causa da morte.

Para o biólogo Clemente Coelho Júnior, conselheiro da área de preservação ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas, o número de animais mortos em razão do óleo que se espalhou pelas praias é bem maior do que o divulgado pelo Ibama.

Ele explica que, mesmo com uma rede de colaboradores, a exemplo de ONGs, o órgão ambiental é lento na contabilização por causa da sua deficiente capacidade operacional.

“A área atingida é gigantesca. Vai praticamente de Salvador até os Lençóis Maranhenses e o contingente do Ibama é muito pequeno para fazer esse levantamento.”

Ele ressalta que é necessário realizar um procedimento formal para atestar oficialmente que o animal morreu em decorrência do óleo.

Na Bahia, um mutirão organizado por surfistas reuniu cerca de 500 pessoas no sábado (12) em 17 praias de Salvador e cidades do litoral norte, aonde o óleo chegou há cerca de dez dias.

Os voluntários encontraram uma tartaruga adulta morta, coberta de óleo, na praia de Itacimirim (a 76 km de Salvador). Na capital baiana, um filhote de tartaruga foi achado sem vida na praia do Buracão, no Rio Vermelho.

Na Praia do Forte, uma das mais procuradas por turistas no litoral norte baiano, o óleo invadiu a foz do rio Pojuca, entrou nos manguezais e soterrou caranguejos e siris.

“O rio Pojuca ainda é bastante preservado e a sua foz é berçário de várias espécies. Ambientalmente falando, a chegada do óleo é um desastre”, afirma o engenheiro Arthur Sehbe, 34, um dos coordenadores do mutirão.

Em dois dias, os voluntários retiraram o equivalente a 3.000 litros de óleo de dentro dos manguezais do rio Pojuca. O material recolhido foi encaminhado para a defesa civil municipal.

Na faixa de areia da praia, foram achados mortos peixes como o baiacu-espinho e o peixe-galo.

Em Conde (a 181 km de Salvador), foram os pescadores que se reuniram para recolher o óleo nas praias de Sítio do Conde, Poças e Siribinha. Um filhote de tartaruga, peixes e crustáceos foram encontrados mortos sob as manchas de óleo.

“Achamos um bagre que estava cheio de piche dentro da barriga”, conta Givaldo Batista, 57, presidente da Colônia de Pescadores de Sítio do Conde.

Além dos pescadores, um grupo ligado a uma igreja evangélica também fez mutirões nas praias de Conde.

O biólogo César Coelho afirma que o volume de óleo que tem chegado em áreas de desova e soltura de tartarugas caiu nos últimos dias.

“O maior problema não tem sido nas áreas em que a gente atua com animais adultos e juvenis, mas na região onde há soltura dos filhotes”, diz.

Ele explica que parte dos filhotes ficou retida por causa do óleo nessas praias e teve que ser solta em outras praias que estavam limpas.

Ainda há um grupo de filhotes de tartaruga em Aracaju que deve ser solto durante esta semana.

Além da morte dos animais, também há uma forte preocupação quanto ao impacto nos ecossistemas do litoral nordestino, com danos que podem ser permanentes.

Clemente Coelho Júnior explica que, com o passar do tempo, o óleo passa por um processo de decomposição: o produto vai ficando mais denso e libera moléculas, a exemplo de hidrocarbonetos, metais pesados e outras substâncias tóxicas.

“Os metais pesados se acumulam nos animais do topo da cadeia alimentar, como tubarões e golfinhos, o que pode causar morte, doenças e deformações em alguns bichos”, alerta.

O biólogo afirma que o impacto não se encerra com a remoção do óleo das praias. Parte desse material mais denso recobre ecossistemas e acaba incrustado. “Ele pode causar, por exemplo, uma dificuldade de colonização dos animais e criar uma área sem vida”, diz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Botijão

PAINEL S.A

O mercado espera que a Petrobras anuncie nesta semana o acordo final para a venda da Liquigás ao consórcio formado por Itaúsa, Copagaz e Nacional Gás Butano. A expectativa é que o valor da operação fique em torno de R\$ 3 bilhões. Procurada, porém, a estatal não comenta sobre o assunto.

Cozinha

O consórcio apresentou melhor proposta para a compra da subsidiária em agosto e negocia contrato desde então. É a segunda vez que a Petrobras tenta vender a Liquigás. Em 2018, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) vetou uma operação de R\$ 2,8 bilhões com o grupo Ultra, que controla a Ultragaz.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazin

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: União libera R\$ 7,3 bilhões no Orçamento

Ministérios receberão R\$ 5 bilhões, e R\$ 2,15 bilhões serão destinados a emendas parlamentares. Descontingenciamento será possível após arrecadação recorde com leilão de petróleo

O governo anunciou ontem que vai liberar R\$ 7,3 bilhões de despesas do Orçamento que estão bloqueadas. Como O GLOBO antecipou, será possível desbloquear os recursos por conta do leilão de petróleo realizado na semana passada, com o qual o governo arrecadou R\$ 8,9 bilhões. Esse dinheiro não estava previsto nas contas oficiais.

Do total a ser liberado, R\$ 5 bilhões serão destinados aos ministérios e outros R\$ 2,15 bilhões para emendas parlamentares, e mais R\$ 145 milhões para gastos do Judiciário e Legislativo. Em setembro, o governo já havia desbloqueado R\$ 12,4 bilhões, reduzindo para R\$ 22 bilhões o contingenciamento total. O governo não informou quais ministérios receberão o dinheiro.

Oficialmente, a próxima data em que o governo iria divulgar a decisão sobre bloqueio ou liberação de recursos era só em 22 de novembro. O Ministério da Economia decidiu, porém, produzir um relatório extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas e liberar recursos antes do previsto.

RECEITA EXTRA DE R\$ 8,9 BI

A pasta divulga bimestralmente esse relatório, no qual avalia o comportamento da arrecadação e das despesas federais. É por meio desse documento que o Orçamento é liberado ou contingenciado.

Segundo o governo, com o relatório, 100% das emendas impositivas estão liberadas.

Com a arrecadação extra de R\$ 8,9 bilhões decorrente do leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana passada e a previsão de realizar o megaleilão do excedente da cessão onerosa em 6 de novembro, o Ministério da Economia decidiu elaborar o relatório extemporâneo.

RESERVA ORÇAMENTÁRIA

No documento, a equipe econômica estima também um ingresso de R\$ 52,4 bilhões nas contas do Tesouro Nacional com o megaleilão do excedente da cessão onerosa. Esse valor, porém, ficará numa reserva orçamentária até o relatório de novembro.

A receita total da licitação é bem maior, prevista em R\$ 106,5 bilhões, mas apenas uma parte dela foi considerada no relatório. Segundo o governo, isso ocorreu por prudência, já que apenas os blocos nos quais a Petrobras exerceu direito de preferência foram contados. Nesses blocos, há certeza de haver interessados.

O relatório também considera a arrecadação de 75% do bônus total neste ano — o restante ficará para o ano que vem. Essa possibilidade foi aberta com o edital do leilão. Do valor total que o governo espera arrecadar, parte será transferida para a Petrobras como compensação pela revisão do contrato de cessão onerosa — acordo que permitiu a exploração de blocos de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos — e para estados e municípios.

Com os leilões, a previsão oficial de receita subirá R\$ 60 bilhões, e o rombo nas contas públicas deste ano, estimado em R\$ 139 bilhões, poderá cair para R\$ 79 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO E ANDRÉ DE SOUZA

Título: Esforço paliativo

Ibama recolheu 200 toneladas de óleo; Bahia decreta emergência

RIO E BRASÍLIA- Quarenta e seis dias após a primeira detecção do óleo que atinge 2.200 quilômetros de litoral nos nove estados do Nordeste, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informou ter removido cerca de 200 toneladas de petróleo das praias até o momento. A destinação do material recolhido ainda será definida em conjunto com cada estado.

Segundo balanço atualizado na noite de ontem pelo Ibama, 166 áreas em 72 municípios nordestinos já foram afetadas pelo derramamento. O governo da Bahia decretou ontem estado de emergência para facilitar a liberação de recursos para os seis municípios atingidos no estado. Mas, no vasto litoral baiano, a ajuda demora a chegar a lugares como a Praia de Poças, em Conde.

Situada no litoral norte da Bahia, ela costuma ser lembrada pelas piscinas naturais limpíssimas que lhe dão nome e a abundância de mariscos, corais, lagostas e o espichado, um caranguejo de carne saborosa praticamente só encontrado por lá.

A cerca de 180 quilômetros de Salvador e cercada por manguezais, Poças não é tão conhecida quanto a Praia do Forte, mas foi tão atingida quanto esta pelo óleo, que chegou na sexta-feira e ainda se acumula por toda a extensão da praia. Ontem, pescadores caminhavam desolados pela areia suja.

— Ninguém vem limpar o óleo, estamos esquecidos. Os recifes de corais, os bancos de lagostas e os mariscos foram atingidos. O cheiro de óleo está forte e

vemos as manchas à beira-mar. Estamos preocupados com o nosso futuro — diz o pescador Janielson Oliveira de Souza, de 39 anos, a vida toda passada em Poças.

Como quase todo mundo ali, Souza vive da pesca e do turismo. São 700 pescadores profissionais cadastrados e muitos, como Souza, dependem também dos turistas que vão lá atraídos pela beleza da praia. O óleo coloca tudo isso em risco.

O espichado (*Plagusia depressa*), por exemplo, vive nos recifes e sofreu em cheio o impacto do óleo, acumulado sobre eles, conta Souza. Uma das atrações do lugar é catar mariscos e crustáceos à noite. Nade anteontem, no entanto, ninguém estava na praia.

— O óleo castigou os bichinhos, o espichado, a lagosta, estão todos sofrendo. Não podemos pegar os espichados sujos. Nossa preocupação é imensa, dependemos disso para viver. Se a natureza não se encarregar de tirar esse óleo, pelo visto ninguém vai tirar — lamenta o pescador.

O professor de biologia Miguel Accioly, especialista em gestão costeira da Universidade Federal da Bahia (UF-BA), acompanha o derrame de perto e está particularmente preocupado com a situação dos pescadores arte-sanais, como os de Poças. Ele observa que ninguém sabe ainda a dimensão do derramamento, mas lamenta a demora do governo federal em articular uma resposta.

— É como ver o fogo num prédio, não acionar o alarme e só fazer isso depois das chamas. Recebemos muitas demandas de pescadores que haviam recebido treinamento há anos, na época da criação do Plano de Contingência, e não entendiam porque ele não tinha sido acionado. Não podemos avaliar ainda os danos. Mas estamos muito preocupados com os pescadores. Eles dependem da natureza — diz Accioly.

A origem desse desastre é um mistério, mas o perigo de danos está bem à vista e ainda não foi tratado como deveria, diz o professor de química da PUC-Rio Renato Carreira, que trabalhou na recuperação das áreas atingidas pelo vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em 2000. Ele destaca que já deveria ter sido iniciada a articulação do acompanhamento da extensão e da persistência do dano.

— Na Baía de Guanabara, quatro anos depois do desastre, o óleo ainda era visível no manguezal de Suruí. E bem provável que até hoje esteja lá. O que esse derrame no Nordeste nos mostra é que continuamos despreparados. O foco precisa ser nas consequências — destaca ele.

Ontem, o Ministério do Meio Ambiente, a Marinha, a Agência Nacional de Petróleo e a Petrobras voltaram a se reunir para tentar entender o que aconteceu e como conter a contaminação. Questionados sobre os resultados da reunião, não responderam.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Eduarda Cardim

Título: Senado vota hoje cessão onerosa

A votação da cessão onerosa no Senado Federal está prevista para acontecer hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em caso de aprovação, segue para o Plenário do Senado. O senador Omar Aziz (PSD-AM), relator do Projeto de Lei (PL) nº 5478/19 na CAE, disse ontem ao Correio que não fará nenhuma mudança no projeto, apesar de não concordar com todos os pontos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana.

“Discordei de alguns pontos, e eu ia fazer algumas mudanças, mas não dá tempo para fazer. Se não votar amanhã, eles (estados e municípios) não terão esse recurso até o final do ano”, afirmou. O relator garantiu votação na CAE amanhã pela manhã. “Vamos votar amanhã na CAE, e depois depende do presidente Alcolumbre colocar em votação no plenário”, reforçou.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), esteve ontem no Palácio do Planalto para uma conversa com o ministro da Secretaria do Governo, Luiz Eduardo Ramos. Um dos itens que pautou a conversa foi a votação da cessão onerosa. “Nossa expectativa é votar na CAE amanhã pela manhã e votar no plenário do Senado Federal amanhã (hoje) à tarde”, disse Bezerra.

O senador acredita que não haverá dificuldade na votação que trava a pauta do Senado para a votação da reforma da Previdência. “Acredito que o texto que foi construído na Câmara, após uma ampla discussão, e envolveu as lideranças do Senado, da Câmara e consulta a diversos governadores, tem um amplo apoio no Senado e a matéria deve ser apreciada e votada amanhã (hoje)”, disse.

Pelas redes sociais, o senador também falou sobre o assunto e garantiu que os recursos estarão disponíveis até o final deste ano e que serão utilizados exclusivamente para capitalização do fundo previdenciário ou para investimentos.

Rateio

Na votação na Câmara, na semana passada, ficou acordado, após uma longa negociação com o Senado e o Ministério da Economia, que, dos R\$ 106,56 bilhões que devem ser arrecadados com o leilão marcado para o dia 6 de novembro, R\$ 33,6 bilhões vão para a Petrobras. Dos R\$ 72,8 bilhões restantes, 15% ficarão com os estados, 15%, com os municípios e 3%, com o Rio de Janeiro por ser o estado-sede dos poços de petróleo que serão leiloados. Na esfera municipal, os recursos serão distribuídos com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que privilegia as cidades mais pobres.

No Senado, a matéria precisa ser aprovada para que os senadores possam prosseguir com a votação do segundo turno da reforma da Previdência, marcada, até o momento, para 22 de outubro. Como o leilão de petróleo do pré-sal está marcado para 6 de novembro, o Projeto de Lei nº 5.478/19, que define o rateio entre estados e municípios, precisa ser votado antes dessa data. Caso seja aprovado sem alterações no Senado, o projeto segue para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Isabel Mansur

Título: Bahia decreta emergência e Shell explica tambores

O governador da Bahia em exercício, João Leão, assinou ontem um decreto estadual de emergência para liberação de recursos para seis municípios do estado que foram atingidos pelas manchas de óleo no litoral baiano.

“A finalidade desse decreto é que nós possamos comprar todos os materiais necessários para conter e recolher essas manchas que estão chegando na praia. Quem é que vai ficar com esse óleo que a gente vai recolher? A ideia é entregar para a Petrobras, que é quem entende de petróleo”, disse o governador.

A empresa Shell informou ontem que não transporta óleo cru acondicionado em tambores em rotas transatlânticas. Estudo da Universidade Federal de

Sergipe constatou que tambores encontrados na Praia de Formosa, em Sergipe, com o logo da empresa, continham óleo similar ao que apareceu em diferentes pontos das praias do Nordeste ao longo das últimas semanas.

No sábado, em uma outra nota, a Shell havia divulgado que o conteúdo original daqueles tambores não tem relação com o óleo cru que vazou no Atlântico.

“São embalagens de lubrificante para embarcações, de um lote não produzido no Brasil”, afirmou a empresa. “Vale ressaltar que o próprio adesivo em um dos tambores encontrados em Sergipe traz a data de 17/02/2019 associada ao transporte do lubrificante Argina S3 30 e que a mancha de óleo cru que está atingindo o litoral começou a impactar a costa em setembro.”

Manchas de óleo, que começaram a aparecer no início de setembro. O Ibama contabiliza 166 locais de 72 municípios dos nove estados nordestinos atingidos pelo óleo. Até o momento, foram registrados 14 animais mortos, sendo 13 tartarugas e uma ave, mas o Ibama considera o número de animais mortos subestimado.

MME / ASCOM .